



Lorenzetti acha que estatais têm recursos

Lorenzetti quer dívida de estatal com correção

SÃO PAULO — A introdução da correção monetária e de juro de mora mensal de 1%, além da cobrança de preços com índices de base a base (ou seja, incluindo a variação de custo do dia da encomenda até a entrega do produto), são algumas das reivindicações básicas do setor eletroeletrônico ao governo federal, para o qual as estatais acumulam dívidas estimadas em 1 bilhão de dólares.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), Aldo Lorenzetti, revelou ontem que essas questões constarão da proposta formal a ser entregue na próxima semana, ao ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco, designado pelo presidente José Sarney para solucionar o problema da dívida das estatais junto ao setor.

O empresário Aldo Lorenzetti explicou que algumas empresas do setor estão sem receber, das estatais, há mais de um ano. O maior

problema, porém, segundo ele, é que as estatais só querem pagar o principal da dívida: "Está difícil até para recebermos, pois, em alguns casos, vendemos produtos por 20 e a contratante quer pagar 10. Isso acontece porque a fórmula de reajuste dos contratos permanece atrelada a índices retroagidos, e os bens produzidos pelo nosso setor são de longo ciclo de fabricação."

O presidente da Abinee é de opinião de que os recursos existem para o pagamento da dívida junto ao setor. Para ele, porém, é preciso que o governo realmente dê prioridade ao setor elétrico:

— Soubemos que, dos recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento (FND), CZ\$ 30 bilhões seriam alocados para a Eletrobrás. Desse dinheiro, a Eletrobrás pegou CZ\$ 6 bilhões e pôs mais CZ\$ 1 bilhão do seu, e pagou à Petrobrás. Nós não recebemos nada. Outros CZ\$ 6 bilhões a Eletrobrás retirou do Banco Central e não sabemos o destino que ele tomou.